

PROCESSO - A. I. Nº 206887.0006/20-7
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - HM ATACADO TEXTIL LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO - Acórdão 2ª JJF nº 0273-02/20-VD
ORIGEM - INFAZ CENTRO NORTE
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 23/08/2021

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJP Nº 0181-12/21-VD

EMENTA: ICMS. NULIDADE. INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. VÍCIOS PROCEDIMENTAIS. O lançamento de crédito tributário é um ato vinculado, devendo a Autoridade Fiscal, agir nos estritos termos da legislação. Para ser lavrado Auto de Infração em estabelecimentos empresariais e prevenir a não surpresa por eventual e inadvertida exação, é necessário que o sujeito passivo seja comunicado estar sob fiscalização homologatória acerca do cumprimento de suas obrigações, cujos procedimentos de prévia liquidação a lei lhe outorga competência. Também constatada incongruência entre a infração descrita e a objeto da infração, vícios que inquinam o lançamento por cerceamento ao direito de defesa e impossibilitam determinar, com segurança, a liquidação da infração cometida. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício interposto contra Decisão que julgou Nulo o Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 02/06/2020, em razão da seguinte irregularidade:

Infração 01 - 07.01.02 – Efetuou o recolhimento a menor do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e/ou do exterior, nos meses de janeiro a dezembro de 2015 e 2016, sendo exigido ICMS no valor de R\$1.831.322,25, acrescido da multa de 60%, prevista no Art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96.

A 2ª JJF decidiu pela Nulidade do Auto de Infração, por unanimidade, mediante o Acórdão nº 0273-02/20-VD (fls. 283 a 292), com base no voto do Relator, a seguir transcrito:

“Conforme acima relatado, o lançamento tributário de ofício em sede de revisão por juízo administrativo, pretende exigir ICMS no valor histórico de R\$1.831.322,25 e aplicar sanção acusando a infração de código 07.01.02, cuja descrição é “Efetuou o recolhimento a menor do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação e/ou do exterior.”

Inconformado, em consubstanciada peça defensiva acompanhada de vastos elementos para suporte de suas razões, o sujeito passivo impugnou o AI como previsto no art. 123 do RPAF, arguido:

a) Preliminares de nulidade por:

a.1) Ausência de Intimação ou qualquer documento o noticiando acerca da fiscalização, inclusive via seu Domicílio Tributário Eletrônico;

a.2) Erro na tipificação da infração, pois tendo em vista não operar com mercadorias sujeitas a substituição tributária (confecções), tendo destacado ICMS nos documentos fiscais de saídas, como demonstra em anexos, apenas caberia multa, como previsto no reproduzido § 1º do art. 42 da Lei 7014/96, equívoco sem possibilidade de saneamento nos termos do § 1º do art. 18 do RPAF, já que isso implica em mudança de fulcro da acusação fiscal, devendo o AI ser declarado nulo com base no Inciso IV, “a”, do art. 18 do RPAF, dado indicar a falta de elementos suficientes para se determinar, com segurança, a infração.

b) Questões de mérito:

b.1) Com fundamento no art. 150, § 4º do CTN, decadência para as ocorrências janeiro a julho 2015, tendo

em vista que a ciência à existência do AI ocorreu em 31/07/2020;

b.2) Existência de grossos erros nos cálculos da exação, por:

b.2.1) *Desconsiderar o Termo de Acordo Atacadista do contribuinte autuado (Processo nº 055537/2006-0, de 19/06/2006, Parecer nº 7166 2006), quanto ao benefício fiscal em seus cálculos, conforme planilha de amostras confrontando o valor devido x o informado pelo Autuante, além de planilhas com cálculos analíticos, nota a nota do ICMS Ant. Parcial x recolhimentos no mês, para que o Autuante pudesse conferir e dirimir dúvidas a respeito das diferenças apontadas;*

b.2.2) *Não observação da disciplina contida no art. 281 do RICMS-BA para operações de remessa por conta e ordem do Autuado e relativas a confecções de seu estoque, estampadas por terceiros, uma vez o Autuante ter calculado o ICMS-AP de todas as notas fiscais pelo valor total sem considerar aquelas que tratam de remessas por conta e ordem do Autuado e, por consequência, associado a não observância do termo de acordo atacadista, acabou por lançar no AI “valores surreais”, conforme demonstrativos sintéticos e analíticos apontando divergências entre o imposto devido, recolhido e autuado, para análise pelo Autuante.*

Por sua vez, no documento que elaborou para atendimento ao despacho administrativo pedindo prestação da Informação Fiscal, o autor do feito deixa denotar:

a) *Admissão que, de fato, não ofertou conhecimento da sua ação fiscal ao contribuinte, sob o argumento de que a emissão de Ordem de Serviço, instrumento interna corporis do sujeito ativo, basta à legalidade do procedimento fiscal;*

b) *Entendimento que, nesse caso, a comunicação de fiscalização ao contribuinte é discricionária, já que usou o verbo “poder” no condicional;*

c) *Negativa de que o sujeito passivo foi cerceado no direito de defesa, até porque teve o prazo para tanto, prorrogado de 30 para 60 dias;*

d) *Desapreço à Impugnação do contribuinte (efetuada nos termos previstos no art. 123 do RPAF), já que não demonstrando ter analisado os demonstrativos anexados, nem abrangendo todos os aspectos defensivos com a necessária fundamentação, prestou a Informação Fiscal em desacordo com o art. 127, § 6º, do RPAF;*

e) *Confusão entre os institutos jurídicos tributários da “antecipação total do ICMS com encerramento das fases de tributação - Art. 8º da Lei 7.014/96” e “antecipação parcial do ICMS nas aquisições interestaduais de mercadorias destinadas à comercialização – Art. 12-A da Lei 7.014/96”, já que acusando/descrevendo infração à primeira no AI, afirma, por duas vezes na Informação Fiscal, que o crédito pretendido é de infração à segunda.*

Pois bem, tendo em vista a disciplina dos artigos 154 e 153, do RPAF - e nessa ordem –, tratando-se de fiscalização em estabelecimento empresarial, analisando os autos, ponderando as razões de acusação e defesa, considerando que as atividades dos prepostos da Administração Pública e, em especial, das Autoridades do fisco, são vinculadas à Lei, para o deslinde da lide em sede de revisão por juízo administrativo neste órgão judicante, com meus pertinentes destaques, interessa a seguinte vigente normativa:

CTN

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 112. A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:

I - à capitulação legal do fato;

II - à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;

III - à autoria, imputabilidade, ou punibilidade;

IV - à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.

RPAF

Art. 2º Na instauração, preparo, instrução, tramitação e decisão do processo administrativo e dos procedimentos administrativos não contenciosos, atender-se-á aos princípios da oficialidade, da legalidade objetiva, da verdade material, do informalismo e da garantia de ampla defesa, sem prejuízo de outros princípios de direito.

...

Art. 26. Considera-se iniciado o procedimento fiscal no momento da:

I - apreensão ou arrecadação de mercadoria, bem, livro ou documento;

II - lavratura do Termo de Início de Fiscalização;

III - intimação, por escrito, ao contribuinte, seu preposto ou responsável, para prestar esclarecimento ou exibir elementos solicitados pela fiscalização;

IV - emissão de Auto de Infração ou de Notificação Fiscal.

Art. 28. A autoridade administrativa que efetuar ou presidir tarefas de fiscalização para verificação do cumprimento de obrigação tributária lavrará, ou determinará que sejam lavrados, conforme o caso:

I - Termo de Início de Fiscalização, destinado a documentar o início do procedimento fiscal, com indicação do dia e hora da lavratura, devendo ser colhida a assinatura do intimado no instrumento ou em recibo, a menos que seja transcrito diretamente em livro do próprio contribuinte;

II - Termo de Intimação para Apresentação de Livros e Documentos, para que o sujeito passivo, seu representante legal ou preposto preste esclarecimento ou exiba elementos solicitados pela fiscalização, sendo que a emissão deste termo dispensa a lavratura do Termo de Início de Fiscalização;

III - Termo de Arrecadação de livros de escrituração, documentos, papéis e outros elementos necessários ao desenvolvimento da ação fiscal;

§ 4º O Auto de Infração far-se-á acompanhar:

I - de cópias dos termos lavrados na ação fiscal, nos quais se fundamentará, que poderão ser substituídas por reprodução do exato teor do termo em folha à parte, pela autoridade fiscalizadora, devendo neste caso ser indicada a página do livro em que foi lavrado o termo original;

...

Art. 29. É dispensada a lavratura do Termo de Início de Fiscalização e do Termo de Encerramento de Fiscalização, do Termo de Apreensão ou do Termo de Ocorrência Fiscal:

I - quando o Auto de Infração for lavrado em decorrência de:

a) descumprimento de obrigação acessória;

b) irregularidade constatada no trânsito de mercadorias, quando o sujeito passivo efetuar, de imediato, o pagamento do imposto e da multa aplicada, caso em que deverá constar, no texto do Auto de Infração, a quantidade, a espécie e o valor das mercadorias em situação irregular; ou

c) irregularidade relativa à prestação do serviço de transporte, quando constatada no trânsito de mercadorias;

...

Art. 41. O Auto de Infração far-se-á acompanhar:

I - de cópias dos termos lavrados na ação fiscal, nos quais se fundamentará, obrigatoriamente;

...

Art. 108. A intimação do sujeito passivo ou de pessoa interessada acerca de qualquer ato, fato ou exigência fiscal, quando não for prevista forma diversa pela legislação, deverá ser feita pessoalmente, via postal ou por meio eletrônico, independentemente da ordem.

§ 1º A intimação poderá ser feita por edital publicado no Diário Oficial do Estado quando não obtiver êxito a tentativa via postal.

§ 2º A comunicação por meio eletrônico somente será realizada para contribuinte credenciado pela SEFAZ para acessar o portal de serviços denominado Domicílio Tributário Eletrônico - DT-e, no endereço eletrônico www.sefaz.ba.gov.br.

§ 3º A comunicação por meio do DT-e será considerada recebida numa das seguintes datas, a que ocorrer primeiro:

I - no dia em que a pessoa jurídica efetivar a consulta ao teor da comunicação no domicílio tributário eletrônico, na hipótese de a consulta ocorrer em dia útil;

II - no primeiro dia útil seguinte ao da efetivação da consulta, na hipótese de a consulta ocorrer em dia não útil;

III - no dia útil seguinte após o prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de envio da comunicação, caso não ocorra o acesso nesse prazo.

Art. 109. Considera-se efetivada a intimação:

I - quando pessoal, na data da aposição da ciência do sujeito passivo ou do interessado, seu

representante ou preposto, no instrumento ou expediente;

II - quando por remessa via postal:

a) tratando-se de correspondência com “Aviso de Recebimento” (AR), na data de entrega consignada no AR;

b) tratando-se de correspondência registrada, 10 (dez) dias após a data da expedição da correspondência.

III - se efetuada por edital, 3 (três) dias após a sua publicação.

Art. 110. Sempre que for dada ciência ao contribuinte ou responsável tributário acerca de qualquer fato ou exigência fiscal, a assinatura do sujeito passivo, seu representante ou preposto no instrumento correspondente valerá apenas como “recibo” ou “ciente”, visando a documentar sua ciência acerca do fato ou do procedimento fiscal, não implicando concordância ou confissão quanto ao teor do fato comunicado ou da exigência feita.

Art. 123. É assegurado ao sujeito passivo tributário o direito de fazer a impugnação do auto de infração ou da notificação fiscal no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data da intimação.

Art. 167. Não se incluem na competência dos órgãos julgadores:

...

III - a negativa de aplicação de ato normativo emanado de autoridade superior.

Ora, em face de todo o exposto, considerando que: a) a legislação se aplica de igual modo aos participantes da relação jurídica tributária em tela; b) a ausência da obrigatória comunicação do fisco informando do início da fiscalização ao contribuinte autuado; c) a denotada insegurança da Autoridade Fiscal autuante quanto, não só à natureza da infração acusada, mas, também acerca da sua valoração e liquidez, este último, um vício incapaz de ser sanado na forma exposta no § 1º, do artigo 18, do RAPF, entendendo cerceado o direito de ampla defesa do contribuinte em prejuízo tanto do seu interesse quanto do interesse da Fazenda Pública, até porque na oportunidade em que teve para analisar a minuciosa Impugnação acompanhada de farta documentação, o autor do feito não a respondeu na forma regulamentar, danando o contraditório instalado pelo Impugnante, ainda que, como se verá, isto não tenha impedido meu juízo sobre o caso dado aos elementos constituídos nos autos.

O entendimento quanto ao vício insuperável pela ausência de comunicação do fisco ao contribuinte sujeito à fiscalização homologatória acerca do cumprimento de suas obrigações fiscais se manifesta em muitos julgados do CONSEF (Acórdãos CJF Nº 0105-11/10, CJF Nº 0207-11/10, CJF Nº 0432-12/17), entendimento ao qual somo a repercussão da disposição contida no art. 112, II e III do CTN, que vejo prevalecer dirimindo a favor do contribuinte, eventual dúvida interpretativa quanto ao efeito do vício relacionado a uma aparente antinomia jurídica entre as disposições do art. 26 do RPAF (incisos II e III, exigindo a formal comunicação acerca de procedimento fiscal ao contribuinte, e a do inciso IV, amparando o início de procedimento fiscal com a direta emissão do AI), ainda que sob um razoável argumento de absoluta prevalência do princípio inquisitório, no procedimento administrativo fiscal e da informalidade, no processo administrativo tributário (este, privilegiando apenas o fisco e afrontando o princípio de paridade de armas a equilibrar o direito das partes no PAF), entenda-se a ausência de “Termo de Início de Fiscalização” não macular o lançamento tributário de ofício, aduzindo-se que a existência da normativa processual baiana sobre o Termo de Início de Fiscalização não mais condiz com a realidade fiscal e as novas tecnologias da comunicação.

É que não sendo o presente, caso de exceção/dispensa da obrigatoriedade formal exposta no art. 29 do RPAF (AI por descumprimento de obrigação acessória ou por irregularidade constatada no trânsito de mercadoria), o legislador do RPAF reforça a obrigatoriedade da comunicação do agente do fisco ao contribuinte quando em fiscalização a estabelecimento empresarial, com a disciplina do artigo 28, inclusive a repisando no § 4º, pela necessária juntada de sua cópia ao Auto de Infração, portanto o compendo como parte.

De tal contexto legal, entendo que o conceito jurídico “Termo de Início de Fiscalização” ajustado à atualidade alcança qualquer comunicação do fisco ao contribuinte em auditoria fiscal, no sentido de preservar o devido processo legal, evitando prejuízo ao princípio da não surpresa por eventual e inadvertida exação fiscal, de modo que, prestigiando o princípio da colaboração (CPC: Arts. 5º, 6º e 10) a mover o fisco e contribuinte na busca da justiça no Estado de Direito, e reduzir a litigiosidade tributária no âmbito administrativo ou judicial, economizando custos e tempo às partes na busca da verdade material em garantia do crédito tributário a ser corretamente constituído sem prejuízo dos interesses envolvidos na relação tributária, seja do particular ou da Fazenda Pública.

Tanto é assim, que a obrigatoriedade da comunicação acerca de qualquer ato administrativo que alcance os contribuintes nos termos que entendo – hoje facilitada pelas novas tecnologias, inclusive via DTE - não é particularidade baiana, tampouco da legislação tributária brasileira. Vê-se, também, por exemplo, no artigo 7º do Decreto 70.235/72 que dispõe sobre o processo administrativo fiscal federal, e nos artigos 122, 124 e 107 do Código Tributário Alemão (Abgabenordnung – AO), de forte influência no Direito Tributário Brasileiro:

122 (1) Ein Verwaltungsakt ist demjenigen Beteiligten bekannt zu geben, für den er bestimmt ist oder der von ihm betroffen wird... (§ 1º O ato administrativo deve ser comunicado à parte a quem se destina ou a quem é por ele afetado – livre tradução).

124.(1) Ein Verwaltungsakt wird gegenüber demjenigen, für den er bestimmt ist oder der von ihm betroffen wird, in dem Zeitpunkt wirksam, in dem er ihm bekannt gegeben wird. Der Verwaltungsakt wird mit dem Inhalt wirksam, mit dem er bekannt gegeben wird.(1) O ato administrativo produz efeitos para a pessoa a quem se destina ou por quem é afetado no momento em que lhe é dado a conhecer. O ato administrativo torna-se efetivo a partir do conteúdo com que é anunciado. – livre tradução).

197. (1) Die Prüfungsanordnung sowie der voraussichtliche Prüfungsbeginn und die Namen der Prüfer sind dem Steuerpflichtigen, bei dem die Außenprüfung durchgeführt werden soll,... (1) A ordem de exame, bem como o início provável do exame e os nomes dos examinadores, devem ser informados ao contribuinte para quem o exame externo deve ser realizado... – livre tradução)

Decreto 70.235/72

Art. 7º O procedimento fiscal tem início com:

I - o primeiro ato de ofício, escrito, praticado por servidor competente, cientificado o sujeito passivo da obrigação tributária ou seu preposto;

A confirmar o valor e prestígio do citado princípio colaborativo na relação jurídico-tributária, ainda que não institucionalmente regulamentada – o que tarda por ser – está o zeloso comportamento de preposto do fisco, quando antes da lavratura de lançamento de ofício decorrente de auditoria, informa ao contribuinte as irregularidades levantadas, de modo a prevenir eventuais equívocos de fato. Aliás, atitude legalmente prevista em normativas tributárias estrangeiras, a exemplo da Alemã (novamente), com a “entrevista/reunião final” [Einspruch], prevista no art. 201 do Código Tributário Alemão (Abgabenordnug - AO):

201 (1) Über das Ergebnis der Außenprüfung ist eine Besprechung abzuhalten (Schlussbesprechung), es sei denn, dass sich nach dem Ergebnis der Außenprüfung keine Änderung der Besteuerungsgrundlagen ergibt oder dass der Steuerpflichtige auf die Besprechung verzichtet. Bei der Schlussbesprechung sind insbesondere strittige Sachverhalte sowie die rechtliche Beurteilung der Prüfungsfeststellungen und ihre steuerlichen Auswirkungen zu erörtern. (1) Deve haver discussão sobre o resultado da auditoria de campo (reunião final), a menos que o resultado da auditoria de campo não resulte em qualquer alteração da base de cálculo ou o contribuinte desista da reunião. Na reunião final, as questões controversas, bem como a avaliação jurídica das conclusões da auditoria e suas implicações fiscais devem ser discutidos. (livre tradução)

(2) Besteht die Möglichkeit, dass auf Grund der Prüfungsfeststellungen ein Straf- oder Bußgeldverfahren durchgeführt werden muss, soll der Steuerpflichtige darauf hingewiesen werden, dass die straf- oder bußgeldrechtliche Würdigung einem besonderen Verfahren vorbehalten bleibt. (2) Havendo a possibilidade de procedimento penal ou de multa em decorrência do laudo de auditoria, o contribuinte deve ser informado de que a cobrança da multa penal ou administrativa está reservada para procedimento especial.

Quanto ao segundo vício que se vislumbra exsurgir da apreciação preliminar dos autos, vejo mesmo entendimento se manifestar nos Acórdãos CJF Nº 0313-12/15, CJF Nº 0310-12/14, CJF Nº 0224-12/19.

Pelo exposto, acolho a preliminar suscitada e voto pela NULIDADE do Auto de Infração, com fundamento no art. 18, II e IV, “a” do RPAF.

Por entender constituir caso paradigmático a merecer atenção da Administração Tributária, visando aperfeiçoar a funcionalidade de toda SEFAZ, inclusive sugerindo a institucionalização de canal para rápido intercâmbio das atividades setorializadas, de modo a favorecer a profissionalização de todo corpo funcional, recomendo a mais pronta renovação do procedimento fiscal, inclusive analisando o aproveitamento das informações fornecidas pelo próprio sujeito passivo nestes autos, para que as confrontando com a legislação relativa ao ICMS Antecipação Parcial, se for o caso, constituir crédito tributário a salvo de falhas.”

A 2ª JJF recorreu de ofício da referida decisão para uma das Câmaras de Julgamento Fiscal do CONSEF, nos termos do Art. 169, I, “a” do RPAF/99.

Registro a presença na sessão de julgamento do representante do Autuado que efetuou a sustentação oral, Sr. Coriolano Cerqueira.

VOTO

Trata-se de Recurso de Ofício interposto contra Decisão que julgou Nulo o Auto de Infração em epígrafe, para exigir imposto e multa em razão do recolhimento a menor do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e/ou do exterior.

Constato que o Recurso de Ofício é cabível, tendo em vista que o julgamento de 1ª instância desonerou totalmente o presente Auto de Infração no valor de R\$3.597.991,12, conforme extrato (fl. 294), montante superior a R\$200.000,00, estabelecido no Art. 169, I, “a” do RPAF/99.

Observo que a desoneração decorreu da apreciação de duas preliminares de nulidade por ausência de intimação, ou qualquer outro documento informando o Autuado do início da ação fiscal, e por erro na tipificação da infração, já que o Autuado não adquire mercadorias sujeitas a substituição tributária, pois opera com confecções, tendo destacado ICMS nos documentos fiscais de saídas, como demonstrou em sua Defesa.

Sem maiores delongas, percebo que ambas as situações estão presentes no Auto de Infração, a saber:

- 1) Não foi lavrado Termo de Início da Ação Fiscal, nem o Autuado foi intimado a apresentar livros ou documentos fiscais, ou quaisquer outros documentos, violando o princípio da não-surpresa;
- 2) Embora todos os demonstrativos se refiram à exigência do imposto relativo à Antecipação Parcial, o Auto de Infração exige imposto e multa em razão do recolhimento a menor do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e/ou do exterior.

Além disso, a autuação não considerou que o Autuado é signatário do Termo de Acordo previsto no Decreto nº 7.799/00, fazendo jus à redução de base de cálculo nas suas operações de saída.

Diante do exposto, ficou configurado que o lançamento dificultou a defesa do Autuado e não contém elementos suficientes para se determinar, com segurança, a infração.

Voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

Recomendo à Autoridade competente que analise a possibilidade de repetição dos atos, a salvo de falhas, consoante o comando do Art. 21 do RPAF/99.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e manter a Decisão recorrida que julgou **NULO** o Auto de Infração nº **206887.0006/20-7**, lavrado contra **HM ATACADO TEXTIL LTDA**. Recomenda-se à autoridade competente que analise a possibilidade de repetição dos atos, a salvo de falhas, consoante o comando do Art. 21 do RPAF/99.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 22 de junho de 2021.

MAURÍCIO SOUZA PASSOS – PRESIDENTE

MARCELO MATTEDI E SILVA – RELATOR

RAIMUNDO LUIZ DE ANDRADE - REPR. DA PGE/PROFIS